

Aviso de

DISPENSA ELETRÔNICA

004/2023

CONTRATANTE (UASG)
BASE AÉREA DE NATAL (120631)

OBJETO

Contratação do serviço de manutenção corretiva do aparelho de anestesia Maquet Flow-i

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R\$ 36.196,99

PERÍODO DE PROPOSTAS
Conforme publicado no PNCP

PERÍODO DE LANCES
Conforme publicado no PNCP

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA.....	3
2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.....	3
3. DA IMPUGNAÇÃO AO AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	5
4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL.....	6
5. FASE DE LANCES.....	7
6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO.....	8
7. HABILITAÇÃO.....	10
8. RECURSO.....	12
9. CONTRATAÇÃO.....	13
10. SANÇÕES.....	13
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	16



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE NATAL**

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2023
(Processo Administrativo n.º67222.001463/2023-50)**

Torna-se público que o(a) Base Aérea de Natal, por meio do(a) setor de Licitações e Contratos, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento *menor preço*, na hipótese do art. 75, *inciso II*, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: conforme publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas

Link: <https://pncp.gov.br/>

Horário da Fase de Lances: 8:00 às 14:00h

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação de contratação do serviço de manutenção corretiva do aparelho de anestesia Maquet Flow-i, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. *A contratação ocorrerá em item único, conforme Termo de Referência anexo*

1.2.1. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o *menor preço*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico: <https://pncp.gov.br/> .

- 2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.
- 2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
- 2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
- 2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da , concorrendo entre si;
 - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3. *Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.*

2.3.1. *Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.*

3. *DA IMPUGNAÇÃO AO AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO*

3.1. *Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da fase de lances qualquer pessoa poderá impugnar esse Aviso de Contratação Direta.*

3.2. *A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail dispensas.bant@fab.mil.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua do Especialista, s/no, Emaús, na cidade de Parnamirim/RN, Seção de Protocolo da BANT, nos dias úteis de 08:00h às 16:00h.*

3.3. *Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Aviso e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.*

3.4. *Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da Dispensa Eletrônica.*

3.5. *Os pedidos de esclarecimentos referentes a essa Dispensa Eletrônica deverão ser enviados ao Agente de Contratação, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da fase de lances, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado nesse Aviso.*

3.6. *O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Aviso e dos anexos.*

3.7. *As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.*

- 3.8. *A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo.*
- 3.9. *As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas e vincularão os participantes e a administração*

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

4.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o *Termo de Referência*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios

necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

4.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

4.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5 FASE DE LANCES

5.1 A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2 Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1 *O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.*

5.3 O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1 O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

- 5.3.2 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de *R\$ 0,10 (dez centavos)*.
- 5.4 Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 5.5 Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.6 Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 5.7 Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 5.7.1 O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 6.1 Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 6.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 6.2.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 6.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 6.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 6.3 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 6.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.5 Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.5.1 contiver vícios insanáveis;
- 6.5.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

- 6.5.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.5.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.5.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.6 Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - 6.6.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - 6.6.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 6.7 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.8 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
 - 6.8.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 6.8.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.9 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.11 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7 HABILITAÇÃO

- 7.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 7.2 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ();
 - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ();
 - d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 7.2.1 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 7.2.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 7.2.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.2.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 7.2.2.1.2 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 7.2.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.3 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.3.1 É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
- 7.3.2 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

- 7.4 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- 7.5 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 7.6 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 7.7** *O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.*
- 7.7.1 *Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.*
- 7.8 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.9 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 7.9.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 7.10 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8 DOS RECURSOS

- 8.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 2 (duas) horas, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, enviando o arquivo para o e-mail dispensas.bant@fab.mil.br.

- 8.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Contratação verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 8.2.1 Nesse momento o Agente de Contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 8.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 8.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias (úteis) para apresentar as razões, pelo e-mail , ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses e contrarrazões também pelo e-mail dispensas.bant@fab.mil.br, em outros três dias.
- 8.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Aviso de Contratação Direta.

9 CONTRATAÇÃO

- 9.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

9.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

9.2.1 *Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.*

9.2.2 O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.3 *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:*

9.3.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

9.3.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;*

9.3.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

9.4 O prazo de vigência da contratação é de 4 (quatro) meses, improrrogáveis conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

9.5 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10 SANÇÕES

10.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

10.1.9 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao

enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

10.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

- 10.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 10.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 10.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 10.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.5 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

10.11 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

11 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado Sicafe, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

11.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

11.2.1 republicar o presente aviso com uma nova data;

11.2.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores

preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

11.2.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

11.2.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

11.3 As providências dos subitens 11.2.1 e 11.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

11.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

11.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

11.7 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

11.8 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.9 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.10 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

11.11 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

11.12 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

11.13 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.13.1 ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

11.13.2 ANEXO II – Termo de Referência;

Parnamirim, DATA CONFORME ASSINATURA ELETRÔNICA.

Nos termos do art. 50 da Lei nº 9784/99 e tendo em vista que o processo foi conferido pela Assessoria de Controle Interno, na forma do art. 58, Inc. I, do RICA 21-9/2022, bem como nos termos expressos no item 3.4 do Manual Eletrônico de Cargos e Funções da Aeronáutica, aprovo o presente Aviso de Dispensa Eletrônica, por cumprir os requisitos previstos na legislação em vigor. Dê-se lhe a divulgação prevista no art. 75, § 3º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

(Assinado Eletronicamente)

Francisco **Iran** de Vasconcelos Murayama Coronel Intendente
Ordenador de Despesas da BANT

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação jurídica:

- 1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 *No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.*
- 1.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 2.3** prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5** prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual e/ou municipal*, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.6** prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e/ou Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.7** caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais ou municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3 Qualificação Econômico-Financeira:

- 3.1** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 3.2** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- 3.2.1** As empresas criadas no exercício financeiro da dispensa deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 3.2.2** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 3.2.3** *Caso o fornecedor seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;*
- 3.3** comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}}$$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 3.3.1** As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% (*dez por cento*) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

4 Qualificação Técnica

4.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.2 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

4.2.1 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.2.2 *Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.*

4.2.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

4.3 *Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.*

4.3.1 *Fica assegurado direito à realização de vistoria prévia, na forma prevista no Termo de Referência.*

4.4 *Em relação às fornecedoras cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:*

4.4.1 *A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da*

sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

- 4.4.2** *A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;*
- 4.4.3** *A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;*
- 4.4.4** *O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;*
- 4.4.5** *A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e*
- 4.4.6** *Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;*
- 4.4.7** *A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.*



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Aviso de Dispensa de Licitação
Data/Hora de Criação:	27/03/2023 17:56:02
Páginas do Documento:	21
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	22
Hash MD5:	f74e8de08e82e9816a3acd70da183461
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento BRUNO RIBEIRO DA SILVA no dia 28/03/2023 às 09:27:38 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major ERICSON VINICIUS DOS SANTOS SILVA no dia 04/04/2023 às 14:44:06 no horário oficial de Brasília.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE NATAL
GRUPO DE SAÚDE DE NATAL

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA –
CONTRATAÇÃO DIRETA
Processo Administrativo n. 67222.002241/2023-54

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Contratação do serviço de manutenção corretiva do aparelho de anestesia Maquet Flow-i com troca das seguintes peças: bateria de 12v; kit o-ring para recipiente dryline; receptáculo do separador de água; kit de manutenção 24 meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UN	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	1	Manutenção Corretiva incluso serviço técnico especializado com substituição de peças, testes de desempenho e limpeza do aparelho de anestesia, modelo Flow-i – marca Maquet RDQ041001SA	16055	SV	01	R\$ 36.196,99	R\$ 36.196,99
					TOTAL	R\$ 36.196,99	R\$ 36.196,99

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 04 meses contados do recebimento da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 36.196,99 (trinta e seis mil, cento e noventa e seis Reais e noventa e nove centavos), conforme custos unitários apostos no anexo II

1.4. Os CATMAT e CATSER estão conforme catálogo do site governamental

1.5. Os objetos desta contratação não se enquadram como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).

2.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1. O serviço de manutenção corretiva deve prever a troca e substituição de peças defeituosas e itens de consumo substituíveis essenciais para o funcionamento adequado do Aparelho de Anestesia Maquet Flow-i,

4.2. todas as peças de substituição devem ser novas, originais e compatíveis com o Aparelho de Anestesia Flow-i da Maquet (nºsérie 2647, BMP 1579155).

4.3. O serviço de manutenção deve ser realizado por técnico especializado e empresa qualificada e certificada para manutenção e reparo do Aparelho de Anestesia Flow-i marca Maquet, Getinge Brasil.

4.4. O serviço deve ter uma garantia mínima de 90 dias.

4.5. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 5ª edição JUL/2022:

4.5.1. Os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos são responsáveis pelo ciclo de vida de produtos eletrônicos, que inclui a disposição final ambientalmente adequada (art. 3º do Decreto nº 10.936, de 2022, c/c art. 3º, IV, da Lei nº 12.305, de 2010).

4.5.2. Os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos eletrônicos deverão estruturar, implementar e operar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, além de assegurar a sustentabilidade econômico-financeira da logística reversa (art. 33, VI, da Lei nº 12.305, de 2010 c/c incisos I e II do artigo 14 do Decreto nº 10.936, de 2022).

4.5.3. No caso de produtos ainda não incluídos no sistema de logística reversa, fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm o compromisso de participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município (art. 31, IV, da Lei nº 12.305, de 2010)"

4.5.4. A contratada deverá participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, caso tenha firmado acordo ou termo de compromisso com o Município para tanto.

4.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

~~4.7. SUPRESSÃO O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.~~

5. VISTORIA

5.1. **Poderá ser realizada avaliação** do local de execução dos serviços é ~~imprescindível~~ para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 07 horas às 13 horas.

5.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).

6.1. O prazo de execução dos serviços será de 30 dias, com início após o recebimento da nota de empenho:

6.1.1. **O serviço deve ser realizado, preferencialmente, no Centro Cirúrgico. Caso haja necessidade de retirada do aparelho e/ou de peças, todas as custas ocorrerão por conta da contratada e deve haver autorização prévia por escrito do detentor da carga.**

6.1.2. **A contratada deverá entrar em contato previamente com o Centro Cirúrgico por meio do telefone (84) 3644-7616 de segunda a sexta feira das 07 às 12 a fim de agendar o dia e horário para a prestação do serviço.**

6.1.3. **A contratada deverá realizar todos os testes necessários a fim de garantir o perfeito funcionamento do equipamento.**

6.1.3.1. **O serviço de manutenção deve ser realizado por técnico especializado e empresa qualificada e certificada para manutenção e reparo do Aparelho de Anestesia Flow-i marca Maquet, Getinge Brasil.**

6.2. Os serviços serão prestados preferencialmente no GSAU-NT BANT - Base Aérea de Natal - Endereço: Rua do Especialista, S/N – Emaús CEP: 59148-185 - Parnamirim - RN - Tel: (84) 3644-7100 Centro Cirúrgico.

6.3. ~~SUPRESSÃO A execução contratual observará as rotinas abaixo/em anexo:~~

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.1. Bateria de 12v; Kit o-ring para recipiente dryline; Receptáculo do separador de água; Kit de manutenção 24 meses (filtro, bocal d e orings do acoplamento do módulo de gás; unidade de acoplamento do cassete; linha de amostragem do módulo Nafion; filtro da ventoinha; filtro do sistema EVAC; knob da interface).

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

8.1.1. **O Aparelho de Anestesia Flow-i da Maquet (nºsérie 2647, BMP 1579155) é atualmente o único aparelho com condições de uso para cirurgias de pequeno, médio e grande porte deste Centro Cirúrgico, o que é imprescindível para a realização de cirurgias seguras.**

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

9.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

9.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

9.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

9.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.1.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

9.1.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

9.1.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

9.1.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

9.1.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

9.1.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

9.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

9.1.10. ~~SUPRESSÃO Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §3º).~~

9.1.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

9.1.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

9.1.13. ~~SUPRESSÃO Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:~~

9.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

9.2.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.2.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

9.2.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

9.2.3.1. **Cumprimento do prazo para iniciar o serviço;**

9.2.3.2. **Cumprimento do prazo para a execução do serviço.**

9.2.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

9.2.4.1. não produziu os resultados acordados;

9.2.4.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

9.2.4.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.3. DO RECEBIMENTO

9.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05(cinco) dias, contado da *partir da realização de testes a serem realizados* pelo(a) responsável pelo acompanhamento e

fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.3.1.1. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

9.3.1.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.3.1.1.2. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.3.1.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.3.1.2. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

9.3.1.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

9.3.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.3.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.3.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

9.3.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021 que culminará com a seleção da proposta de menor preço por grupo.

10.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

10.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

10.4. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

10.4.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.4.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.4.1.2. **Ter realizado manutenção em equipamentos da marca MAQUET**

10.4.1.2.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.4.1.2.2. ~~SUPRESSÃO Deverá haver a comprovação da experiência mínima de..... anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.~~

10.4.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.4.2. ~~SUPRESSÃO apresentação de profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de objeto de características semelhantes, para fins de contratação.~~

10.4.2.1. ~~SUPRESSÃO Entende-se por características semelhantes as seguintes:~~

10.4.2.2. ~~SUPRESSÃO No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem deverão participar da execução do objeto e poderão ser substituídos, nos termos do 67, §6º, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.~~

10.4.3. ~~SUPRESSÃO O fornecedor deverá apresentar, ainda, a relação de compromissos por ele assumidos, conforme modelo constante do Anexo, que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico apresentado para fins de qualificação técnico-profissional.~~

10.4.4. ~~SUPRESSÃO Registro ou inserção na entidade profissional competente, em plena validade;~~

10.4.5. ~~SUPRESSÃO prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei~~

10.4.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: 001;
Fonte de Recursos: 0170120550;
Programa de Trabalho: 168915;
Elemento de Despesa: 339039;
Plano Interno: A0000420000;

Município de Parnamirim, 22 de fevereiro de 2023.

(assinado eletronicamente)

VANESSA GONÇALVES CHAVES CAP QOMed

Presidente da Comissão de Análise e Planejamento

PORTARIA BANT Nº 99/EADM_SGH, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

Aprovo o presente Termo de Referência, nos termos da lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e concordo com as justificativas apresentadas por incluir os elementos técnicos previstos na Instrução Normativa nº 1, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do MPOG, de 19 de janeiro de 2010, e na Instrução Normativa SEGES / ME Nº 65, de 7 de julho de 2021 bem como por cumprir os requisitos legais previstos nos ordenamentos vigentes.

Assinado eletronicamente

FRANCISCO IRAN DE VASCONCELOS MURAYAMA Cel Int

Ordenador de Despesas

ANEXO I
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

INDICADOR 1 PONTUALIDADE NA ENTREGA DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	
Proporcionalidade ao atingimento das metas estabelecidas no IMR	
Item	Descrição
Finalidade	Mensurar o atendimento das exigências específicas relacionadas à contratação de empresa especializada para manutenção corretiva do aparelho de anestesia da marca MAQUET
Meta a cumprir	Nenhuma ocorrência durante a execução do serviço
Instrumento de Medição	Planilha de controle
Forma de acompanhamento	Pelo responsável por meio de Planilha de controle
Periodicidade	Conforme a demanda
Mecanismo de cálculo	O número de ocorrências no mês refletirá o percentual de atingimento da meta (%), ou da glosa, pelo não atingimento.
Início da vigência	A partir da Emissão da Ordem de Execução do Serviço
Faixas de ajustes no pagamento	Faixa 01 – Fator de Aceitação de até 07 dias: 100% do valor mensal Faixa 02 – Fator de Aceitação de 7 a 10 dias úteis: 95% do valor mensal Faixa 03 – Mais de 10 dias: multa
Sanções	
Observações	

TABELA DE IMPERFEIÇÕES E EFEITOS REMUNERATÓRIOS

- 1) Deixar de cumprir o prazo para iniciar o serviço
- 2) Deixar de cumprir o prazo para a execução do serviço

IMPERFEIÇÃO	1	2
TOTAL DE OCORRÊNCIAS		
TOTAL (+)		
TOLERÂNCIA (-)		
EXCESSO DE IMPERFEIÇÕES (=)		
MULTIPLICADOR (X)	10	10
NÚMERO CORRIGIDO (=)		

Somatório dos Números Corrigidos (Fator de aceitação): _____

FATORES DE AVALIAÇÃO

1) Deixar de cumprir o prazo para iniciar o serviço

Total de Ocorrências:

Data Ocorrência	Descrição Sintética

2) Deixar de cumprir o prazo para a execução do serviço

Total de Ocorrências:

Data Ocorrência	Descrição Sintética

TOTAL DE OCORRÊNCIAS DESTE RELATÓRIO

IMPERFEIÇÃO	1	2
TOTAL DE OCORRÊNCIAS		

Elaborado por:

VANESSA GONÇALVES CHAVES CAP QOMed
Presidente da Comissão de Análise e Planejamento
PORTARIA BANT Nº 99/EADM_SGH, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2023

Conferido por:

Assinado Eletronicamente
LÍVIA BARCELLOS SILVA DE AZEVEDO Maj Int
Agente de Controle Interno

Aprovado por:

Assinado eletronicamente
FRANCISCO IRAN DE VASCONCELOS MURAYAMA Cel Int
Ordenador de Despesas da BANT

ANEXO II

TABELA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

G r u p o	Nº Item	DESCRIÇÃO	CATSER	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO	MÉDIA	VALOR TOTAL
	1	Manutenção Corretiva incluso serviço técnico especializado com substituição de peças, testes de desempenho e limpeza.	16055	UN	1	R\$ 3.960,00	R\$ 2.765,00		R\$ 3.362,50	R\$ 3.362,50
	2	bateria de 12v	460331	UN	1	R\$ 9.542,59	R\$ 6.880,00		R\$ 8.211,30	R\$ 8.211,30
	3	kit o-ring para recipiente dryline	460331	UN	1	R\$ 4.409,65	R\$ 3.723,00		R\$ 4.066,33	R\$ 4.066,33
	4	receptaculo do separador de agua	460331	UN	1	R\$ 12.723,44	R\$ 2.785,00		R\$ 7.754,22	R\$ 7.754,22
	5	kit de manutenção 24 meses	460331	UN	1	R\$ 14.115,29	R\$ 11.490,00		R\$ 12.802,65	R\$ 12.802,65
						R\$ 44.750,97	R\$ 27.643,00		R\$ 36.196,99	R\$ 36.196,99



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TR IMR_AP ANESTESIA_v3
Data/Hora de Criação:	23/03/2023 15:15:08
Páginas do Documento:	12
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	13
Hash MD5:	6f4715a9415813a67e584ca79dbb59e2
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap VANESSA GONÇALVES CHAVES no dia 23/03/2023 às 12:20:28 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento BRUNO RIBEIRO DA SILVA no dia 28/03/2023 às 09:27:38 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major LÍVIA BARCELLOS SILVA DE AZEVEDO no dia 04/04/2023 às 14:00:02 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major ERICSON VINICIUS DOS SANTOS SILVA no dia 04/04/2023 às 14:44:06 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Estudo Técnico Preliminar 2/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 67222.002241/2023-54

2. Descrição da necessidade

O Aparelho de Anestesia Flow-i da Maquet (nºsérie 2647, BMP 1579155) é atualmente o único aparelho com condições de uso para cirurgias de pequeno, médio e grande porte do Centro Cirúrgico do Grupo de Saúde de Natal (GSAU-NT), o que é imprescindível para a realização de cirurgias seguras. O GSAU-NT possui outros aparelhos de Anestesia, no entanto o Aparelho de Anestesia Flow-i da Maquet (BMP 1579154) não está funcionando por falha no módulo de gases e o Aparelho de Anestesia Takaoka Shogun (BMP 1577846) é obsoleto e não é adequado para cirurgias de médio e grande porte, além de estar com vazamentos nos testes de ventilação mecânica.

O Aparelho de Anestesia Flow-i da Maquet (nºsérie 2647, BMP 1579155) começou a apresentar falhas no módulo de bateria, alarme de fugas e descalibração do vaporizador de anestésico inalatório, impossibilitando seu uso levando ao cancelamento de todas as cirurgias eletivas e de urgência deste Centro Cirúrgico, gerando grande transtorno aos usuários que devem ser encaminhados para outros estados ou para rede de saúde complementar, aumentando os custos.

Dessa forma, a manutenção corretiva do objeto desta contratação se faz necessária para reestabelecer as cirurgias neste Grupo de Saúde.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUBSEÇÃO DE CLÍNICAS CIRÚRGICAS	CP QOMed VANESSA GONÇALVES CHAVES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O serviço de manutenção corretiva deve prever a troca e substituição de peças defeituosas e itens de consumo essenciais para o funcionamento adequado do Aparelho de Anestesia Maquet Flow-i. Todas as peças de substituição devem ser novas, originais e compatíveis com o Aparelho de Anestesia Flow-i da Maquet (nºsérie 2647, BMP 1579155).

O serviço de manutenção deve ser realizado por técnico especializado e empresa qualificada e certificada para manutenção e reparo do Aparelho de Anestesia Flow-i marca Maquet, Getinge Brasil. O serviço deve ter uma garantia mínima de 90 dias.

As práticas de sustentabilidade são as previstas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis relativas ao lixo tecnológico:

"Os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos são responsáveis pelo ciclo de vida de produtos eletrônicos, que inclui a disposição final ambientalmente adequada (art. 3º

do Decreto nº

10.936, de 2022, c/c art. 3º, IV, da Lei nº 12.305, de 2010)."

"Os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos eletrônicos deverão estruturar, implementar e operar sistemas de logística reversa, mediante o retorno dos produtos e embalagens após o uso pelo consumidor, além de assegurar a sustentabilidade econômico-financeira da logística reversa (art. 33, VI, da Lei nº 12.305, de 2010 c/c incisos I e II do artigo 14 do Decreto nº 10.936, de 2022)."

"No caso de produtos ainda não incluídos no sistema de logística reversa, fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm o compromisso de participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, quando firmados acordos ou termos de compromisso com o Município (art. 31, IV, da Lei nº 12.305, de 2010)"

"A contratada deverá participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, caso tenha firmado acordo ou termo de compromisso com o Município para tanto."

5. Levantamento de Mercado

A solução indicada neste Estudo Técnico Preliminar apresenta-se como opção consolidada em outros órgãos públicos, a forma e condições de aquisição de empresas privadas, indicando, portanto, a adequação das condições estipuladas aos requisitos padrões de mercado, o que está alinhada às necessidades de cada item contemplados neste estudo. Esta modalidade de contratação apresenta-se como a solução única exequível, devido à natureza dos itens a serem adquiridos. Consta-se também ser economicamente viável, mostrando-se a opção mais adequada e vantajosa à instituição. A contratação direta por dispensa de licitação, deve-se a urgência da prestação do serviço.

6. Descrição da solução como um todo

Deve ser realizado teste de funcionamento com calibração do vaporizador de anestésicos inalatórios, troca de bateria com teste do circuito de alimentação da bateria e outras medidas cabíveis de manutenção corretiva prevista para o Aparelho de Anestesia Flow-i da Maquet (nº série 2647, BMP 1579155).

Deve ser realizada limpeza completa com troca de filtros internos, substituição de borrachas de vedação do circuito com má função, verificação de fugas no circuito interno e externo e outras medidas cabíveis de manutenção corretiva prevista para o Aparelho de Anestesia Flow-i da Maquet (nº série 2647, BMP 1579155).

O serviço deve ser realizado, preferencialmente, no Centro Cirúrgico. Caso haja necessidade de retirada do aparelho e/ou de peças, todas as custas ocorrerão por conta da contratada e deve haver autorização prévia por escrito do detentor da carga.

Cumprir destacar que o serviço objeto da presente contratação não se enquadra nas vedações do art 9º da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 25 DE MAIO DE 2017.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades foi feita com base em duas visitas técnicas realizadas sem custos para o GSAU-NT, uma vez que o Grupo não tem mão de obra qualificada para esse serviço.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	CATMAT	QTD	VALOR UN	VALOR TOTAL
01	Manutenção Corretiva incluso serviço técnico especializado com substituição de peças, testes de desempenho e limpeza.	SV	16055	01	R\$ 3.362,50	R\$ 3.362,50
02	Bateria de 12V	UN	460331	01	R\$ 8.211,30	R\$ 8.211,30
03	KIT O-RING PARA RECIPIENTE DRYLINE	UN	460331	01	R\$ 4.066,33	R\$ 4.066,33
04	RECEPTACULO DO SEPARADOR DE AGUA	UN	460331	01	R\$ 7.754,22	R\$ 7.754,22
05	KIT DE MANUTENÇÃO 24 MESES	UN	460331	01	R\$ 12.802,65	R\$ 12.802,65
					R\$ 36.196,99	R\$ 36.196,99

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 36.196,99

Os orçamentos realizados em pesquisa direta com fornecedores encontram-se anexados aos autos, apresentando como valor médio total montante de R\$ 36.196,99 (trinta e seis mil, cento e noventa e seis Reais e noventa e nove centavos).

Não foi possível realizar a cotação por sítio governamental, porquanto não havia contratações que guardassem similaridades com a presente necessidade (Relatório gerado dia: 14/02/2023 às 09:03).

Embora 03 fornecedores tenham enviados as cotações, o valor da empresa Ultra serviços e comércio, CNPJ 29.440.998/0001-27 foi descartado, porquanto ficou muito abaixo dos outros. Os itens para manutenção desse equipamento tem custo elevado, uma vez que se trata de um aparelho importado e de alta complexidade. Ademais, exige-se no ETP que as peças de troca sejam originais, o que também eleva o custo final do serviço.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Devido a natureza dos itens e do serviço, houve a necessidade de agrupamento a fim de obter economia de escala e benefício do conjunto, uma vez que a mesma empresa fornecerá as peças e executará o serviço.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Trata-se de uma contratação direta por dispensa de licitação em caráter de urgência, para reestabelecer a rotina de cirurgias no GSAU-NT e evitar o aumento de gastos na rede de credenciamento.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Após a manutenção corretiva do Aparelho de Anestesia Flow-i da Maquet (n°série 2647, BMP 1579155) este Centro Cirúrgico terá condições mínimas para o funcionamento de 01 sala de cirurgia e retorno das marcações de cirurgias eletivas e atendimento às urgências.

Atualmente as cirurgias eletivas estão sendo encaminhadas para outros hospitais da rede de saúde da Aeronáutica, gerando custos adicionais de transporte para a instituição e transtornos aos usuários. Já as cirurgias de urgência são atualmente encaminhadas a hospitais da saúde complementar, comprometendo os recursos limitados.

O aparelho deverá estar em perfeitas condições para atuar em cirurgias de pequeno, médio e grande portes e este centro cirúrgico poderá absorver grande parte da demanda cirúrgica dos nossos usuários com eficiência e segurança.

13. Providências a serem Adotadas

Não há.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os impactos ambientais serão minimizados com as exigências dos critérios de sustentabilidade, conforme consta neste ETP.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária para o cumprimento da missão institucional.

Diante do exposto, declara-se ser VIÁVEL a contratação pretendida.

16. Responsáveis

VANESSA GONÇALVES CHAVES CAP QOMED

Presidente da Comissão de Planejamento

ROBERTA RODRIGUES DE CARVALHO 1T QOMED

Membro

BARBARA SILVA DOS SANTOS 1T QOEA

Membro

FRANCISCO IRAN DE VASCONCELOS MURAYAMA CEL INT

Ordenador de Despesas

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - painel de preços_justificativa.pdf (87.59 KB)

Anexo I - painel de preços_justificativa.pdf

MÉDIA

R\$ 20.359,17

MEDIANA

R\$ 1.016,67

MENOR

R\$ 1,83

FILTROS APLICADOS

Descrição

Ano da Compra Região Brasil

MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO 2022, 2023 NORDESTE

Quantidade total de registros: 178

Registros apresentados: 151 a 178

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSERV	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
10085/2020	00016	Pregão	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	26	R\$4320	ASSISTMEDICA COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA MEDICA LTDA	ESTADO DA PARAIBA	926792 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02/06/2022
10085/2020	00017	Pregão	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	1	R\$4320	ASSISTMEDICA COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA MEDICA LTDA	ESTADO DA PARAIBA	926792 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02/06/2022
10085/2020	00020	Pregão	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	1	R\$4320	ASSISTMEDICA COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA MEDICA LTDA	ESTADO DA PARAIBA	926792 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02/06/2022
10085/2020	00014	Pregão	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	1	R\$4320	ASSISTMEDICA COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA MEDICA LTDA	ESTADO DA PARAIBA	926792 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02/06/2022
10085/2020	00019	Pregão	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	1	R\$4320	ASSISTMEDICA COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA MEDICA LTDA	ESTADO DA PARAIBA	926792 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02/06/2022

Relatório gerado dia: 14/02/2023 às 09:03

Fonte: paineldeprecos.planejamento.gov.br

10085/2020	00018	Pregão	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	1	R\$4320	ASSISTMEDICA COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA MEDICA LTDA	ESTADO DA PARAIBA	926792 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02/06/2022
10085/2020	00007	Pregão	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	1	R\$4320	ASSISTMEDICA COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA MEDICA LTDA	ESTADO DA PARAIBA	926792 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02/06/2022
10085/2020	00008	Pregão	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	2	R\$4320	ASSISTMEDICA COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA MEDICA LTDA	ESTADO DA PARAIBA	926792 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	02/06/2022
00009/2022	00001	Inexigibilidade de Licitação	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	12	R\$5250	SUPPORTCARE TECNOLOGIA HOSPITALAR LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155180 - HOSP ENS DR WASHINGTON ANTONIO BARROS	30/06/2022
00009/2022	00002	Inexigibilidade de Licitação	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	12	R\$5250	SUPPORTCARE TECNOLOGIA HOSPITALAR LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155180 - HOSP ENS DR WASHINGTON ANTONIO BARROS	30/06/2022
00001/2022	00001	Inexigibilidade de Licitação	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	12	R\$6559,55	ADVANCED STERILIZATION PRODUCTS DISTRIBUICAO E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE L	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155008 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO PIAUÍ	18/02/2022
00006/2022	00001	Inexigibilidade de Licitação	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	24	R\$8500	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNOSTICOS LTDA.	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155008 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO PIAUÍ	25/04/2022
00010/2021	00001	Inexigibilidade de Licitação	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	1	R\$9451,70	DRAGER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155914 - EBSEH - FILIAL HOSP UNIV ALCIDES CARNEIRO	18/01/2022
00012/2022	00001	Inexigibilidade de Licitação	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	1	R\$19568,32	PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155914 - EBSEH - FILIAL HOSP UNIV ALCIDES CARNEIRO	23/12/2022
00009/2022	00001	Inexigibilidade de Licitação	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	24	R\$20015	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNOSTICOS LTDA.	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155008 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO PIAUÍ	27/06/2022
00012/2022	00002	Inexigibilidade de Licitação	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	1	R\$20823,18	PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155914 - EBSEH - FILIAL HOSP UNIV ALCIDES CARNEIRO	23/12/2022

Relatório gerado dia: 14/02/2023 às 09:03
Fonte: paineldeprecos.planejamento.gov.br

00004/2022	00001	Inexigibilidade de Licitação	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	24	R\$26612	GE HEALTHCARE DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARE	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155008 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO PIAUÍ	22/03/2022
00010/2022	00002	Inexigibilidade de Licitação	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	1	R\$32037,84	H STRATTNER E CIA LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155914 - EBSEH - FILIAL HOSP UNIV ALCIDES CARNEIRO	20/10/2022
00010/2022	00001	Inexigibilidade de Licitação	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	1	R\$39699,49	H STRATTNER E CIA LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155914 - EBSEH - FILIAL HOSP UNIV ALCIDES CARNEIRO	20/10/2022
00002/2022	00001	Inexigibilidade de Licitação	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	12	R\$40741,54	GE HEALTHCARE DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARE	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155008 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO PIAUÍ	02/03/2022
00003/2022	00001	Inexigibilidade de Licitação	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	12	R\$41184,635	PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160199 - HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE RECIFE	29/09/2022
00007/2021	00001	Inexigibilidade de Licitação	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	1	R\$42600	SIEMENS HEALTHCARE DIAGNOSTICOS LTDA.	COMANDO DO EXERCITO	160039 - HOSPITAL GERAL DE SALVADOR	19/04/2022
24047/2022	00001	Pregão	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	1	R\$62307	ENGEMED ENGENHARIA CLINICA LTDA	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	925162 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	18/07/2022
00001/2022	00002	Inexigibilidade de Licitação	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	1	R\$63472,80	CANON MEDICAL SYSTEMS DO BRASIL LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155907 - HOSPITAL UNIVERSITARIO PROF. EDGARD SANTOS	10/01/2022
00001/2022	00001	Inexigibilidade de Licitação	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	1	R\$81662,40	CANON MEDICAL SYSTEMS DO BRASIL LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155907 - HOSPITAL UNIVERSITARIO PROF. EDGARD SANTOS	10/01/2022
01752/2022	00001	Pregão	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	1	R\$115000	LIFE METROLOGIA, TECNOLOGIA COMERCIO E SERVICOS EM EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	ESTADO DO CEARA	943001 - GOVERNO DO ESTADO DO CEARA	08/11/2022

24042/2022	00001	Pregão	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	1	R\$167499,96	PEDRO GOMES DO NASCIMENTO NETO EIRELI	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	925162 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	28/06/2022
00038/2021	00001	Pregão	16055	MANUTENCAO E REPARO EM EQUIPAMENTO - USO MEDICO		UNIDADE	1	R\$2638500	SL ENGENHARIA HOSPITALAR LTDA	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	155907 - HOSPITAL UNIVERSITARIO PROF. EDGARD SANTOS	04/11/2022



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ETP aparelho de anestesia
Data/Hora de Criação:	24/02/2023 11:58:09
Páginas do Documento:	11
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	12
Hash MD5:	15c44a61bc75480da56615158ccf2604
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap VANESSA GONÇALVES CHAVES no dia 24/02/2023 às 11:49:23 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten ROBERTA RODRIGUES DE CARVALHO no dia 24/02/2023 às 12:04:12 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten BÁRBARA SILVA DOS SANTOS no dia 28/02/2023 às 07:27:36 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten SARA RAMBO MASCHKE no dia 16/03/2023 às 16:02:26 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel FRANCISCO IRAN DE VASCONCELOS MURAYAMA no dia 17/03/2023 às 11:04:27 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

MANUAL ELETRÔNICO DO REGULAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA

MANUAL ELETRÔNICO DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA

Índice

ATUALIZAÇÃO: 26 FEV 2021

1. DA GOVERNANÇA
2. DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS OU UNIDADES GESTORAS
3. DA REUNIÃO DA ADMINISTRAÇÃO
4. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL
5. DA TOMADA E DO PROCESSO DE CONTAS
6. DAS GENERALIDADES
7. DAS RESPONSABILIDADES
8. DOS DANOS E IMPUTAÇÕES
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

MAURO FERNANDO COSTA
COSTA
MARRA:0485074885
6

MAURO FERNANDO COSTA
MARRA:0485074885
ou BR ou ICP-Brasil ou Autoridade
Certificadora de Defesa,
ou=03277610000125, ou=Certificado PF
A3, cn=MAURO FERNANDO COSTA
MARRA:0485074885
2021.03.22 18:00:24 -03'00'

2.2.1 Somente as UGR serão contempladas com créditos orçamentários. O Comandante de OM que for qualificada como UA ou de OM que venha a conter fração qualificada como UA deverá apresentar, no prazo de sessenta dias, a atualização do Regimento Interno ao órgão competente da cadeia de subordinação, contemplando os aspectos que a OM e ou sua fração passarão a administrar, de acordo com a sua qualificação e em conformidade com o que for estabelecido pela SEFA.

Na UA comandada, dirigida ou chefiada por Oficial-General, a função de Dirigente Máximo, quando aquela autoridade julgar conveniente, poderá ser delegadas, parcialmente, a qualquer oficial superior mais antigo que os demais agentes da administração.

Deverão ser publicados em boletim da UA o ato de delegação de competência com as atribuições delegadas.

A autoridade que delegar atribuições de Dirigente Máximo deverá exercer fiscalização sobre a atuação do seu delegado, de forma a certificar-se de que as suas diretrizes e os dispositivos regulamentares estão sendo cumpridos.

O Comandante possui, ainda, a função de Ordenador de Despesa originário, por ser a autoridade administrativa que possui poderes e competências, com origem na lei e regulamentos, para ordenar a despesa dos recursos alocados para a Organização Militar que dirige, no caso de Unidades Administrativas que executam atos e fatos no SIAFI, afetos à execução orçamentária e financeira.

No caso das Frações de OM, classificadas como UG EXEC, o oficial mais antigo, em princípio, exercerá a função de Ordenador de Despesas originário.

A função de Ordenador de Despesa, em princípio, por delegação de ofício, será exercida pelo Agente de Administração previsto no Regimento Interno.

A critério do Comandante da OM, a função de Ordenador de Despesas, ainda que prevista no Regimento Interno para um determinado Agente da Administração, poderá ser exercida pelo próprio ou por meio de delegação a outro Agente da Administração da Unidade. Tal delegação tem efeitos restritos às relações entre delegante e delegado e não exonera o primeiro de sua responsabilidade perante a Fazenda Nacional.

As atribuições do Dirigente Máximo e do Ordenador de Despesas constarão no Manual Eletrônico de Cargos e Funções, constante deste Regulamento.

O Dirigente Máximo tem nos agentes executores (ou gestores) e nos agentes auxiliares os elementos de execução de suas atribuições.

Art. 156. Outras frações ou detalhamento de níveis, caso sejam necessários, serão ativados e deverão constar em ato específico do Comandante da Base Aérea (Portaria, Norma Interna ou NPA). Esta condição facilitará eventuais alterações na readequação e atualização deste Regimento.

Art. 157. O substituto eventual do Comandante da BANT é o Comandante do Grupo Operacional, sendo este o Oficial mais antigo após o Comandante da BANT.

Art. 158. As demais substituições eventuais far-se-ão dentro de cada órgão constitutivo da BANT, respeitando os quadros, a hierarquia e as qualificações exigidas.

Art. 159. Serão emitidas Normas Padrão de Ação (NPA), descrevendo os processos, as atividades, as tarefas e os produtos de cada Esquadrão, Seção, Subseção e Célula da estrutura da BANT, em um prazo de até 60 (sessenta) dias a partir da data de publicação deste Regimento Interno.

Art. 160. A BANT é classificada como Unidade Gestora Executora (UG EXEC), sendo o Grupo de Serviços de Base responsável pela execução orçamentária da BANT. O Comandante do GSB da BANT é o Ordenador de Despesas (OD) da OM.

Art. 161. Os casos não previstos neste Regimento Interno serão submetidos à apreciação do Comandante do COMPREP.

(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 202, de 27 OUT 2022)

Ten Cel Av IVAN FONTES DE CARVALHO JUNIOR (Nr Ord 3324753), Comandante do Grupo de Serviços de Base da Base Aérea de Brasília;

Ten Cel Av UMILE COELHO RENDE (Nr Ord 3324044), Comandante do Grupo de Serviços de Base da Base Aérea do Galeão;

Ten Cel Av CAMILO COLOMBO FREITAS (Nr Ord 3323269), Comandante do Grupo de Serviços de Base da Base Aérea de Manaus;

Maj Av MARCEL LUIZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (Nr Ord 3417964), Comandante do Grupo de Serviços de Base da Base Aérea de São Paulo; e

Maj Int DENIS VINICIUS SILVA PASSOS (Nr Ord 3835081), Comandante do Grupo de Serviços de Base da Base Aérea de Florianópolis.

DESIGNAR, por necessidade do serviço, *ex officio*, os Oficiais abaixo relacionados para exercerem os seguintes cargos:

Ten Cel Av LUIS FELIPE MAGALHÃES SOBRAL (Nr Ord 3324303), Comandante do Grupo de Serviços de Base da Base Aérea de Manaus;

Ten Cel Int FRANCISCO IRAN DE VASCONCELOS MURAYAMA (Nr Ord 3127206), Comandante do Grupo de Serviços de Base da Base Aérea de Natal;

Ten Cel Int CRISTIANE APARECIDA EVANGELISTA (Nr Ord 3412008), Comandante do Grupo de Serviços de Base da Base Aérea de Salvador;

Ten Cel Int JOSÉ HENRIQUE FERREIRA CORÉ (Nr Ord 3127117), Comandante do Grupo de Serviços de Base da Base Aérea dos Afonsos;

Ten Cel Av ALEXANDRE RIBEIRO LOMONTE (Nr Ord 3323048), Comandante do Grupo de Serviços de Base da Base Aérea de Brasília;

Maj Av FLAVIO DINIZ PEREIRA (Nr Ord 3410684), Comandante do Grupo de Serviços de Base da Base Aérea do Galeão;

Maj Int RAQUEL TERESA DE SOUZA GOMES OLIVEIRA (Nr Ord 4016491), Comandante do Grupo de Serviços de Base da Base Aérea de Florianópolis;

Maj Av EMANUEL DO SOCORRO VERDEROSA SANTOS (Nr Ord 4215176), Comandante do Grupo de Serviços de Base da Base Aérea de Recife; e

Maj Av RODOLFO MARCELINO GIACOMELLI (Nr Ord 4198492), Comandante do Grupo de Serviços de Base da Base Aérea de São Paulo.

Determinar que esta Portaria entre em vigor no dia 1º de dezembro de 2022, conforme Art. 4º, Inciso II, do Decreto 10.139, de 28 de novembro de 2019.

- s) Em 13/12/2022, por ter que seguir para a cidade de Rio de Janeiro/RJ às 09h 30min. do dia 30/07/2022, a serviço da BANT, a fim de navegação, de acordo com a OS nº 109/1GAV5/2022, de 29/07/2022.

2S QSS BMA RODRIGO ARAUJO DE MORAES - 4359011

39 - FUNÇÃO - DESIGNAÇÃO - (9208)

- a) CL QOINT FSU FRANCISCO IRAN DE VASCONCELOS MURAYAMA 3127206

Designado(a) para exercer a função de Ordenador de Despesas da Base Aérea de Natal, a partir de 31/01/2023.

- b) SO QSS BCT THOMAS MICHAEL STEPPAN 1739115

Designado(a) para exercer a função de Encarregado da Secretaria do Comando do 3º/1º GCC (SEC31GCC), a partir de 19/01/2023.

- c) 2S QSS BCT WATSON ANDRADE DE MELO LIRA 4359330

Designado(a) para exercer a função de Auxiliar da Assessoria de Investigação e Prevenção de Acidente Aeronáutico (ASSIPACEA) dp 3º/1º GCC, a partir de 19/01/2023.

- d) 3S QSCON TMT HIGOR OLIVEIRA FREITAS DA SILVA 6773133

Designado(a) para exercer a função de Auxiliar da Subseção de Engenharia e Patrimônio (SSEP) do 3º/1º GCC, a partir de 19/01/2023.

- e) S1 QSD SAD KERSON LUCAS VIANA GURGEL 6992366

Designado(a) para exercer a função de Auxiliar da Subseção de Engenharia e Patrimônio (SSEP) do 3º/1º GCC, a partir de 19/01/2023.

- f) 3S QESA BFT WALLACE DA SILVA DANTAS 3315355

Designado(a) para exercer a função de Auxiliar da Subseção de Engenharia e Patrimônio (SSEP) do 3º/1º GCC, a partir de 19/01/2023.

- g) 1S QSS SAD EDSON CAETANO COSTA 3334384

Designado(a) para exercer a função de Encarregado da Subseção de Finanças (SSFI) do 3º/1º GCC, a partir de 31/01/2023.

- h) 2S QSS BCT FERNANDO ALVES CORREA 6081070

Designado(a) para exercer a função de Auxiliar da Subseção de Finanças (SSFI) do 3º/1º GCC, a partir de 23/01/2023.

- i) 2S QSS BCT MONIQUE BARRETO DA SILVA 4324145

Foi apresentado para registro o Certificado de conclusão do(na) Curso de Direção Segura, na modalidade EaD, com carga horária de 4h, realizado no período de 09/03/2023 a 09/03/2023, conferido em 10/03/2023, pelo(a) SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte.

m) CB QCB SAD BRUNO MAX DE OLIVEIRA 6787231

Foi apresentado para registro o Certificado de conclusão do(na) Curso de Digitação, na modalidade EaD, com carga horária de 10 horas, realizado no período de 14/02/2023 a 07/03/2023, conferido em 07/03/2023, pelo(a) Portal de Educação SENAR.

14 - FUNÇÃO - DESIGNAÇÃO - (9208)

a) CP QOENG CIV BRUNO PEREIRA FERNANDES DE CASTRO 6267890

Designado(a) para exercer a função de Chefe da Seção de Engenharia (DTEN-CH) do Destacamento de Infraestrutura da Aeronáutica de Natal, a partir de 14/12/2022.

b) MJ QOINT FSU ERICSON VINICIUS DOS SANTOS SILVA 3835111

Designado(a) para exercer a função de Ordenador de Despesas Substituto da Base Aérea de Natal (BANT), a partir de 05/12/2022.

15 - FUNÇÃO - DISPENSA - (9209)

a) Dispensado(a) de exercer a função de Auxiliar da Subseção de Farmácia Hospitalar (SSFH) da Seção Farmacêutica (SFARM) do GSAU-NT, a partir de 13/03/2023.

S2 QSD NE LUÍS MIGUEL BORGES DE MELO 7292880

b) Dispensado(a) de exercer a função de auxiliar da Secretaria do GOP (SecOP), a partir de 06/03/2023.

S2 QSD NE JOSÉ ALYSON CORDEIRO DA SILVA 7293143

c) Dispensado(a) de exercer a função de auxiliar da Secretaria do GOP (SecOP), a partir de 06/03/2023.

S2 QSD NE RENYSON LUCAS DE LIRA CARDOSO 7292678

d) Dispensado(a) de exercer a função de Auxiliar da Seção de Apoio Administrativo - SAP do Grupo de Segurança e Defesa de Natal - GSD NT, a partir de 13/03/2023.

2S QSS SGS WLISSES RAPHAEL DE SOUZA E SILVA 3991938

e) Dispensado(a) de exercer a função de Ordenador de Despesas Substituto da Base Aérea de Natal (BANT), a partir de 28/11/2022.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE NATAL

AUTORIZAÇÃO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 67222.002241/2023-54

Tratam os presentes autos de **Contratação do serviço de manutenção corretiva do aparelho de anestesia Maquet Flow-i.**

Considerando a necessidade de atendimento imediato das necessidades do GSAU-NT;

Considerando que, para a presente contratação, os custos e o tempo com o procedimento licitatório, referentes a: publicação no D.O.U, disponibilização de militares para a função de pregoeiro e equipe de apoio, tempo demandado nos procedimentos relativos à fase externa do certame, não compensam em virtude do baixo valor da aquisição;

Considerando o Princípio da Celeridade Processual o qual prima pela razoável duração do trâmite processual, a fim de atingir o interesse público;

Considerando que os procedimentos licitatórios comuns levam em torno de 3 (três) meses para serem finalizados;

Considerando que a presente contratação não constitui um fracionamento da despesa, mas sim um caso esporádico que necessita de uma maior celeridade para o bom andamento dos trabalhos do GSAU-NT;

Considerando que é permitido à Administração Pública realizar a contratação direta, mediante “licitação dispensável”, com fulcro no art. 75, I ou II, da Lei nº 14.133/2021, sendo-lhe reservada a discricionariedade para decidir, em face das circunstâncias do caso concreto, se dispensa ou não o certame, mediante a devida justificativa autuada no processo (art. 50 da Lei nº 9.784/99); e

Considerando que o processo foi instruído pelo setor requisitante com documentos comprobatórios da pesquisa de mercado efetuada, a justificar o preço a ser contratado, bem como a indicação do critério de escolha do fornecedor, qual seja a economicidade, dessa forma, será selecionado o licitante que ofertar o menor preço. Destarte, decido autorizar o prosseguimento da presente contratação direta, com fulcro no art. 72 inciso VIII da lei 14.1333.

Parnamirim, DATA CONFORME ASSINATURA ELETRÔNICA.

(Assinado Eletronicamente)
Francisco **Iran** de Vasconcelos Murayama Cel Int
Ordenador de Despesas da BANT



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Autorização para Dispensa de Licitação
Data/Hora de Criação:	27/03/2023 17:40:37
Páginas do Documento:	1
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	2
Hash MD5:	72e167d7b2bc6ff689e63bb8ee1d85a0
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento BRUNO RIBEIRO DA SILVA no dia 28/03/2023 às 09:27:38 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major ERICSON VINICIUS DOS SANTOS SILVA no dia 04/04/2023 às 14:44:06 no horário oficial de Brasília.